



Governo do Distrito Federal
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Diretoria Presidencial
Diretoria de Atenção à Saúde

Despacho – IGESDF/DP/DIASE

Brasília, 05 de junho de 2024.

À Coordenação Jurídica de Acompanhamento de Diligências dos Órgãos de Controle (CJDOC),

Assunto: Ofício nº 3929/2024-GP TCDF ref. Despacho Singular nº 155/2024-GCAC, proferido pelo(a) no Processo nº 00600-00005895/2024-86-e.

1. Trata-se do Ofício nº 3929/2024-GP (SEI nº 142265150), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha o Despacho Singular nº 155/2024-GCAC (SEI nº 142265143), no âmbito do Processo nº 00600-00005895/2024-86-e, quando apreciou a Representação, com pedido de tutela liminar, ofertada pelo Deputado Distrital Gabriel Magno Pereira Cruz (SEI nº 142265140), contra atos praticados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, em razão de supostos ilícitos na prestação serviços privados de ambulância.

2. Como sintetizado na ementa do documento 142265143, resulta o mencionado DESPACHO SINGULAR de acordo, em parte, com a Unidade Técnica, pelo conhecimento da peça inaugural; concessão de medida cautelar para determinar ao IGES/DF que proceda imediatamente à fiscalização do Contrato n.º 060/2022, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, pretéritas, atuais ou futuras; e solicitação de esclarecimentos ao IGES/DF e à SES/DF, no prazo de 05 dias, vejamos:

(...)

III – **concedo**, com esteio no art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, diante da gravidade dos fatos trazidos à tona, **o curto prazo de 5 dias úteis para que o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF apresentem circunstanciados esclarecimentos quanto aos fatos narrados na Representação, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, devendo, em especial, informar o seguinte:**

a) Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF:

- 1) O motivo pelo qual houve a alteração da redação da Cláusula Sétima do Contrato n.º 060/2022, em comparação à Cláusula Nona do anterior Contrato n.º 076/2021, suprimindo-se hipóteses de fiscalização (Contrato n.º 076/2021, Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro, incisos I, VIII, IX e X);
- 2) a forma como o IGES/DF realiza a fiscalização do Contrato n.º 060/2022 e de outros contratos da mesma natureza, em especial o cumprimento dos prazos previstos na Cláusula Sétima, Parágrafo Segundo, incisos VIII e IX da referida avença;
- 3) se há um plano de urgência para atendimento da demanda de transporte de pacientes no Distrito Federal em face de possível insuficiência atual da quantidade de viaturas disponíveis;
- 4) se existe sala de situação para planejamento e controle da utilização das ambulâncias e quais são os critérios para distribuição, informando, também, se existe um sistema de tecnologia que sirva à gestão dessa regulação;

3. Instado a se manifestar, o Núcleo de Contratos de Serviços, mediante Despacho (142320505), informa:

Quanto ao **item 1**, este Núcleo de Contratos de Serviços - NUCSE destaca que os contratos deste IGESDF seguem os termos e condições do *"Estudo de Viabilidade Técnica: documento elaborado pela área demandante, contendo a análise se o objeto é viável, levando em consideração os custos, os riscos e as vantagens da compra ou da contratação"*, bem como do *"Elemento Técnico: documento preliminar contendo a definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, e o detalhamento das condições a serem exigidas para a compra ou contratação"*, conforme exposto no REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES IGESDF, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 181, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2022.

Destarte, quanto ao motivo da alteração da redação da Cláusula Sétima do Contrato n.º 060/2022, em comparação à Cláusula Nona do anterior Contrato n.º 076/2021, suprimindo-se hipóteses de fiscalização (Contrato n.º 076/2021, Cláusula Nona, Paragrafo Primeiro, incisos I, VIII, IX e X), sugere-se encaminhamento ao setor técnico competente, para que esclareça tal questão tendo em vista que se trata de questão trazida desde o elemento técnico da contratação, elaborado à época pelo Núcleo de Transporte da Gerência Operacional deste IGESDF.

Não obstante a sobredita recomendação, verifica-se que o CONTRATO Nº 060/2022 (84068539), contido no âmbito do Processo SEI nº 04016-00050943/2021-06, possui termos e cláusulas os quais impõem o cumprimento do objeto contratual, a fiscalização da execução do ajuste por este Instituto, bem como a previsão de penalidades em caso de descumprimentos contratuais.

Cumprе salientar, por oportuno, que este Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal obedece a normativos internos, possuindo resolução específica destinadas à gestão e fiscalização dos instrumentos formalizados, qual seja, a Resolução da Diretoria Executiva nº 033/2022.

Ademais, em relação ao **item 2**, este NUCSE informa que existe o Processo SEI nº 04016-00068701/2022-41, dedicado à fiscalização dos Contratos nºs 060/2022 e 063/2022, ambos celebrados com a Empresa SISTEMA DE EMERGÊNCIA MOVEI DE BRASÍLIA LTDA., como forma de centralizar toda e qualquer intercorrência quando do cumprimento desses contratos. Assim, os fiscais do contrato informam os possíveis descumprimentos e, por conseguinte, este NUCSE procede com a apuração dos fatos, notificando a referida empresa, oportunidade em que a contratada tem de enviar sua defesa à notificação. Em sequência, os autos são encaminhados à análise da área técnica, para, ao final, serem direcionados à Gerência de Execução de Penalidades, para que analise a demanda e proceda à devida penalidade, quando for o caso.

Nessa seara, conforme falado anteriormente, os atos devem seguir as diretrizes impostas pela supracitada Resolução da Diretoria Executiva nº 033/2022, que disciplina as atividades de gestão e de fiscalização da execução contratual no âmbito do IGESDF.

(...)

4. Nesse sentido, ao que se refere a solicitação do **item 3** e o **item 4**, esta Diretoria destaca que houve a criação do Núcleo de Transporte e Remoção de Pacientes (NUREM), com o propósito de aprimorar a organização e a transparência das solicitações de transporte externo de pacientes no

IGES/DF, o qual está em constante processo de melhora, avaliando as necessidades apresentadas, desempenhando a triagem das solicitações feitas através do link da UTI VIDA, conduzindo uma análise criteriosa em conjunto com uma equipe altamente qualificada de médicos e enfermeiros.

5. Assim, entende-se que esse iniciativa otimizará a utilização dos recursos empregados no transporte dos pacientes, levando em consideração as necessidades específicas de cada um, tendo como prioridade a condição clínica.

6. Importante destacar, que este Instituto desenvolveu painéis gerenciais para acompanhamento e monitoramento dos indicadores, especificamente para o NUREM, bem como estruturada uma sala de comando onde a equipe tem acesso em tempo real as informações do paciente e ambulancias possibilitando a tomada de decisão mais assertiva, garantindo a qualidade e segurança do paciente.

7. Além dessas medidas, é realizada a capacitação constante das equipes assistenciais, bem como com as de Gestão de Leitos e um específico com os empregados que integram o NUREM.


8. Ressalta-se ainda, que após a análise inicial, o NUREM encaminhará os casos para a UTI VIDA, onde a distribuição das ambulâncias será coordenada pela operadora. O referido Núcleo continuará monitorando o progresso do atendimento até o desfecho final, garantindo um acompanhamento completo e eficaz.

9. Ademais, informa-se também, que a integração do sistema 'MV' com o Sistema da UTI Vida se encontra atualmente em fase de desenvolvimento, objetivando aprimorar a obtenção de indicadores e relatórios mais precisos e abrangentes, resultando em uma gestão mais eficiente e informada.

10. Por fim, o IGESDF informa que presta auxílio e apoio à SES-DF quando solicitado, tendo inclusive recebido requisição administrativa para realizar transporte avançado de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar, até que a Secretaria finalize seu processo de chamamento público para a contratação do serviço ou que haja a recomposição da força de trabalho de serviço móvel de emergência.

11. Isto posto, encaminha-se para ciência e providências.

Atenciosamente,

	Juracy Cavalcante Lacerda Junior Diretoria de Atenção à Saúde - Substituto diase@igesdf.org.br
---	---



Documento assinado eletronicamente por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JUNIOR - Matr.0001492-1, Diretor(a)-Presidente**, em 07/06/2024, às 16:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=142643341 código CRC= 30869A18.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro asa sul - CEP 70335900 - DF
Telefone(s): 35508900
Sítio - igesdf.org.br